

Construção da memória em Santo André: diálogos possíveis.

Construction of memory in Santo André: possible dialogues.

*Suzana Kleeb*¹

Resumo

O artigo se propõe a refletir sobre quais condicionantes levam à construção da memória local, qual o diálogo existente entre os diversos agentes sociais com esse tema e qual o resultado encontrado na atualidade. Para tanto, toma-se o exemplo de Santo André, cidade integrante da Região Metropolitana de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. São apresentadas ações que auxiliam na compreensão da composição e valorização da memória, com destaque para aquelas associadas à organização da história local e do patrimônio cultural.

Palavras chave

Memória, patrimônio cultural, história local, participação social.

Abstract

The article aims to reflect on conditions which lead to the construction of local memory, which the existing dialogue between the various social actors with this issue and what the results found in the present. For this, take the example of St. Andrew, city member of the Greater São Paulo, São Paulo, Brazil. Actions are presented to assist in understanding the composition and valuation of memory, especially those associated with the organization of local history and cultural heritage.

¹ Doutoranda e Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Especialização em Museologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Licenciatura e Bacharelado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail para contato: skleeb@uol.com.br

Keywords

Memory, cultural heritage, local history, social participation.

1. Introdução

A construção da memória se reflete sobre as cidades e seu futuro. Se pensarmos no senso comum do termo memória pode parecer um paradoxo ligá-la ao futuro destas. Mas, se reportamos seu conceito à propriedade que temos de lembrar, a partir da qual podemos atualizar nossas impressões ou informações do passado; e, mais, se pensarmos na construção da memória coletiva de um grupo social, aí sim, como nos assegura LE GOFF (1996) ela é significativa para o entendimento das transformações da cidade. A memória toca elementos como identidade, conservação de legados e bens de natureza material e imaterial que se encontram agregados ao espaço habitado pelas pessoas.

No entanto, a memória não paira no ar, necessita de trabalho de construção e reconstrução constante para que não pereça. E neste movimento, envolvimento de indivíduos, associações, órgãos e instituições dos diversos campos – públicos e privados – são fundamentais.

Partindo dessas proposições iniciais, temos como hipótese de que no caso de Santo André, cidade da região conhecida como ABC², apesar da atuação de anos dos diversos setores da sociedade – poder público e grupos da sociedade – na maioria das vezes as ações se organizaram focalizadas a determinados bens em situação de perigo, e não a favor da valorização da memória associada a uma política de patrimônio que leve em consideração as diversas potencialidades ensejadas em prol de seu valor social e identitário. A desarticulação e particularização de bens específicos ainda é a forma com que o diálogo se organiza.

No intuito de buscar respostas à hipótese apresentada, o conteúdo foi distribuído em

² A região conhecida como ABC é composta pelos atuais municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra e compõe, com outros municípios, a Região Metropolitana de São Paulo.

seções que se delinham da seguinte forma: a segunda seção, após esta Introdução, apresenta no longo tempo a trajetória histórica evidenciada com vistas detectar quais os argumentos utilizados para a construção da memória até a atualidade nessa cidade. A terceira seção demonstra como, de posse desta memória, o poder público criou os organismos de salvaguarda e difusão dessa memória. A quarta seção, por sua vez, indica as ações que visaram à interação entre o poder público e a sociedade, sendo o primeiro o protagonista na organização das ações em prol da valorização do patrimônio. A quinta seção ressalta o amadurecimento do papel da sociedade na salvaguarda de bens que julga significativos, independente da ação do poder público local. Por fim, a última seção faz um balanço da trajetória e apresenta reflexões sobre o papel da valorização do patrimônio cultural tanto pelas instituições públicas como pela sociedade e diante do resultado, quais as ponderações podem ser feitas em favor da valorização do patrimônio cultural.

2. Santo André e a construção de memória

A escolha por Santo André se efetivou, pois ali encontramos o envolvimento de agentes do poder público municipal e da sociedade civil, o que é significativo em um processo de estruturação de interesses a favor da construção da memória local. Além disso, a intensa transformação da paisagem nos últimos vinte anos, com especulação imobiliária crescente e sua interferência no âmbito da paisagem, também se mostraram interessantes para a nossa investigação. Recorremos à abordagem retrospectiva da história como forma de verificação da organização dessas ações, com vistas a compreender formas de identificação, difusão e/ou proteção da memória.

Dessa forma, desde meados do século XIX havia alguma atuação a favor da busca de explicações sobre a história da localidade. Por sua ligação geográfica vinculada ao início da ocupação portuguesa em terras brasileiras, buscavam-se vestígios de localização que garantissem a construção de uma história dessa ocupação. Procuravam-se ruínas da antiga vila de Santo André da Borda do Campo, instalada por João Ramalho e criada pela Coroa Portuguesa legalmente em 1553. Esta vila localizava-se em algum lugar na região do atual ABC e teve vida muito curta, de apenas sete anos. A precariedade das construções daquele momento certamente fez com que ela desaparecesse fisicamente de forma rápida.

Apesar disso, algumas denominações foram utilizadas para nomear localidades nessa região, tais como: Borda do Campo ou antiga Vila de Santo André. Outro exemplo de tentativa de lembrança dessa localidade é a aquarela sobre papel de Miguel Dutra, em 1835, que apresentou ruínas que ele denominou ‘Ruínas de Santo André da Borda do Campo’. Mais tarde, em 1845, Carlos Rath – cartógrafo e geógrafo – também examinou ruínas que poderiam ser daquela vila, mas sem conclusão sobre a veracidade da informação. Em 1873, Azevedo Marques, em seus ‘Apontamentos Históricos’, citou a vila de Santo André da Borda do Campo e sua eventual localização (TAUNAY, 1953, p. 255).

Índícios mais evidentes atentos à construção de uma memória histórica dessa região, e com a mesma perspectiva, datam do início do século XX. Era um momento em que a transferência do poder monárquico ao republicano era muito recente. Ao mesmo tempo, São Paulo era um estado que se desenvolvia e se modernizava, mas pouca relação guardava com a história imperial recente. Era preciso criar um lastro mais intenso com a história brasileira. À parte da pobreza comum na província paulista dos tempos coloniais, houve um elemento que a fez conhecida: o bandeirismo. Bandeirantes foram decisivos na ocupação de várias localidades de todo o território brasileiro. Sergio Buarque de Holanda nos lembra de que é com o couro – referência ao gibão estofado utilizado por bandeirantes para enfrentar as asperezas da floresta – e não com o ferro e o bronze que os portugueses conseguiram implantar as formas de vida, que traziam do Velho Mundo, por todo o Brasil (HOLANDA, 1994, p.10).

Observamos essa mesma inquietação na região do ABC, por meio da vontade subjacente em renovar a relação com a vila quinhentista de Santo André da Borda do Campo e com João Ramalho seu fundador e denominado ‘patriarca dos bandeirantes’. José Luiz Fláquer, ituano que se estabeleceu na região no começo do século XX e que posteriormente veio a ser Senador do Estado e chefe político da região, adquiriu terras em uma localidade que se denominava Santo André (atual área central do município desse nome). Desejoso em saber se a vila primordial de mesmo nome se localizava em suas terras, aproveitou a iniciativa de pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico de São

Paulo e os acompanhou, em 1902, para analisar ruínas que poderiam ser da vila. A comissão que fez essa pesquisa foi dirigida por Teodoro Sampaio e o fruto dela resultou no estudo ‘Restauração Histórica da Vila de Santo André da Borda do Campo’. Neste, os pesquisadores não garantiram a sua localização:

“... estávamos ali, com efeito, à borda do campo, onde finda a mata e começa o Prado. Calcávamos ruínas, cuja antiguidade se nos impunha com a força da evidência e, contudo, não tínhamos na alma aquela segurança nascida da lógica irresistível do fato que nos levasse a afirmar ter sido ali o assento da Vila de Santo André...” (SANTOS, 1992, p.19).

À parte do papel dos bandeirantes paulistas descrita acima, ocultava-se a trágica ação que estes tiveram no início do período de ocupação como fomentadores de guerras intertribais e de escravização dos índios. Monteiro indica que “... aos olhos dos invasores, a presença de um número considerável de prisioneiros de guerra prometia um possível mecanismo de suprimento de mão de obra cativa para os eventuais empreendimentos coloniais” (MONTEIRO, 2000, p.29).

E, nesse meio, João Ramalho, já estabelecido no planalto, era figura importante. Apropriou-se dos atributos de chefe indígena ao criar sua própria tribo e foi, naqueles tempos, um intermediário fundamental na organização das relações entre portugueses e indígenas. Os aspectos de violação de direitos essenciais e de ordenamento econômico com a exploração de mão de obra escrava marcaram a história inicial da colônia brasileira. Mas, este aspecto foi deixado de lado na construção do ideário quatrocentista paulista. Importavam, sim, os predicados de destemido e corajoso para enfrentar o desconhecido, o novo, o sertão. Estas eram qualidades essenciais para a moldagem do caráter paulista.

Nova tentativa de propagar a relação com essa história ocorreu por parte do poder público quando um dos bairros do município de São Bernardo³ foi transformado em distrito (1911) e sua denominação, até então Estação São Bernardo, foi modificada para Santo André. No entanto, apesar disso, o novo nome demorou a se colar ao lugar. A ‘*São Paulo Railway*’, empresa que implantou e gerenciava o transporte ferroviário naquele momento

³ O município de São Bernardo, que abrangia todo o ABC, foi criado em 1889 e instalado em 1890.

continuou a utilizar o antigo nome – Estação de São Bernardo. E, mesmo propagandas de comércios locais, durante anos ainda adotaram essa denominação. A mudança da placa da estação somente ocorreu em 1934 e a partir daí, paulatinamente, sobreveio à alteração do nome do distrito no imaginário das pessoas que habitavam o local.

Vale ressaltar que os moradores do bairro eram em sua grande maioria imigrantes provenientes da Europa. Poucos conheciam ou tinham referência com a história colonial brasileira. A estação de trem era o local de identidade, pois por ela mantinham contato com outras localidades e mesmo com a história de sua chegada. A memória quatrocentista era descolada das pessoas e do espaço urbano que se organizava.

Outra investida que colaborou para a construção de uma memória local foi novamente associada ao poder público e ocorreu por meio da Lei Municipal nº251, de 20.12.1926 que criou o brasão do município, que “resume o passado histórico desde a tradicional vila de Santo André da Borda do Campo, da era de 1553 até os dias de hoje...” (Leis municipais, CÂMARA MUNICIPAL de Santo André).

Na década de 1930, jornais também acompanharam essas questões, inclusive no intuito de organizar uma campanha para a construção de uma estátua a João Ramalho. Tal sugestão não foi adiante, mas esta foi uma primeira atitude para a criação de um monumento, o que ocorrerá mais tarde, cristalizando-se seu papel como um elemento que comporia a paisagem e ligaria indiscutivelmente a memória andreense à sua figura.

Octaviano Armando Gaiarsa, em seu livro ‘A cidade que dormiu três séculos’, trouxe outra informação do jornal ‘Folha do Povo’, de 06 de maio de 1934. Segundo o autor:

“Na Folha do Povo, o jornalista Amadeu Nogueira lembra pela primeira vez a data da fundação de Santo André da Borda do Campo (8 de abril) lamentando-se que ‘infelizmente nem os jornais, nem os poderes públicos tomam conhecimento da efeméride, comemorando-a condignamente.’ Termina o articulista, dizendo que ‘Santo André foi o núcleo inicial da nacionalidade e a data histórica não deve passar despercebida’” (GAIARSA, 1968, p. 91).

Observamos nova tentativa de valorização da figura de João Ramalho, demonstrando o

quanto esse exemplo poderia servir de lastro para a nova cidade que se organizava. Construía-se um mito, reforçado até os dias atuais, haja vista que em todos os anos se comemora o aniversário da cidade no dia 8 de abril, e se contabiliza sua idade a partir de 1553.

No final dos anos 1930 (1938), com a revisão da base territorial paulista, o então município de São Bernardo⁴ teve sua denominação modificada para Santo André. Essa situação causou estranhamento e apenas acelerou uma condição que já se desenvolvia; desembocou nos desmembramentos de distritos – São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Mauá nas décadas subsequentes. O nome, Santo André, a partir de então se fixou de fato ao território do entorno da Estação e adjacências.

Em 1949 novo marco da organização da memória cívica e cidadina: a bandeira municipal. Esta bandeira foi criada tendo por fundo, dois retângulos horizontais, um amarelo e outro verde, identificando as cores nacionais, e sobre elas foi traçado o escudo português com a cruz de Santo André. Além da relação com a ocupação portuguesa, acrescentavam-se mais dois novos conteúdos, um de apelo religioso, identificando a cidade com o Santo André, que segundo conta-se era o santo de devoção de João Ramalho e outro de caráter nacional – com o verde e amarelo.

José Murilo de Carvalho (1998) identificou que por muito tempo após a proclamação da República ainda havia dificuldade de aceitação dos ideais republicanos na construção do imaginário republicano. Diante disso, os símbolos nacionais foram postos em evidência com vistas a aproximar a população dessa história.

Em nível local não foi diferente. Haja vista a instituição do brasão, da bandeira com as cores nacionais e, igualmente, a oficialização de um hino que indicava valores que poderiam aproximar as pessoas da memória que estava sendo gestada para a cidade. Este foi oficializado em 1950. Aproximava-se o momento de comemoração do IV Centenário de fundação da vila de Santo André da Borda do Campo, momento especial para conectar

⁴ O nome São Bernardo associa-se à denominação de fazenda com essa denominação, mantida a partir do século XVIII pela Ordem de São Bento e que ocupava boa parte do atual município de São Bernardo do Campo.

as pessoas a seu passado. Esse hino, oficial até os dias atuais, tem forte caráter rememorativo associando-se ao crescimento industrial que se consolidava. Destacamos duas estrofes para assinalar esse pensamento:

“Salve, salve torrão andreense,
Gigantesco viveiro industrial!
Teu famoso destino pertence
Aos que lutam por um ideal
[...]
Eia, pois, a caminho da glória,
Santo André do herói quinhentista!
Tu serás para sempre na história
Marco zero da história paulista”.⁵

Todas essas ações, no entanto, denotavam a história de grupos sociais restritos. Não incluíam interesses da população que crescia, se diversificava, trazia novos hábitos e novas culturas. O foco era o passado e não o presente daquela década.

No mesmo ano, 1950, foi criada a Comissão Geral dos Festejos do IV Centenário da fundação de Santo André da Borda do Campo. Esta Comissão tinha entre seus objetivos erigir um monumento a João Ramalho e outros vultos da história de Santo André, organizar um museu histórico e uma biblioteca (Lei municipal nº589, 29.11.1950, CÂMARA MUNICIPAL de Santo André).

O ano de 1953, quando se comemorou os 400 anos, foi coberto por homenagens. O poder público municipal inaugurou, em oito de abril, a Praça IV Centenário, referência inequívoca à história construída até então. Nesse mesmo local e data, a colônia portuguesa, após desistência da Prefeitura, erigiu uma estátua em tributo a João Ramalho; a colônia japonesa inaugurou ali também um relógio de três faces, que completava o ciclo das homenagens nessa praça.

Em termos de publicações, houve algumas: o livro ‘João Ramalho e Santo André da Borda do Campo’, de autoria de Affonso d’Escagnolle Taunay (1953); o folheto ‘João Ramalho – fundador de Santo André da Borda do Campo – Patriarca dos Bandeirantes,

⁵ A música foi composta por Luiz Carlos da Fonseca e Castro e a letra por Amaral Wagner. Sua primeira apresentação realizou-se com alunos do Ginásio Dr. Américo Brasiliense na Câmara Municipal. Ligava-se o sentido cívico ao ambiente escolar desde os primeiros momentos.

símbolo de raça, orgulho do povo e glória da pátria’, de autoria de Tito Lívio Ferreira (1953) e ‘A data da fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo’, de autoria de J. Alberto L.J. Robbe (1953), considerado como contribuição do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo às comemorações do IV Centenário da Vila de Santo André da Borda do Campo. Todas as publicações saudavam e destacavam a figura mítica de João Ramalho.

Em 1954 foi criada a Biblioteca Municipal de Santo André. Um museu, também presente no escopo das festividades, não foi criado (Revista Expressão, abril de 1973). Ações culturais nessa época eram esporádicas e vinculadas a interesses específicos de alguns grupos sociais. Havia, desde os anos 1950, Sociedades Culturais ligadas à música, poesia e livro, fotografia, artes cênicas, artes visuais. Mas, para a área da memória e patrimônio cultural não havia movimentação de algum grupo com vistas à sua proteção ou valorização. Por parte do poder público, a área de cultura como um todo era pontilhada por atividades escassas e que não traduziam uma política para essa área. E, no âmbito da preservação da memória era ainda mais simples e pontual. Não havia nenhuma atuação com vistas à proteção de bens culturais associados à memória da cidade e de seus cidadãos. Bastava-se na proeminência de João Ramalho e seus feitos.

Em 1962, foi apresentada nova proposta para a criação de um museu que ocuparia uma das salas do Instituto de Educação Dr. Américo Brasiliense. Esta proposta era fruto de um projeto de museus para todo o estado de São Paulo, capitaneado por Vinício Stein de Campos, com o intuito de “preservar a história da cidade e do patrono” (CAMPOS, 1960, p.61).

O museu foi criado oficialmente em 1966 e denominava-se Museu Histórico e Pedagógico Dr. Américo Brasiliense (Revista Expressão, abril de 1973). A referência era clara ao líder republicano do começo do século XX, mas pouco tinha a ver com o universo da cidade. Seu caráter preponderantemente pedagógico, com seções de biologia, história geral, antropologia e geografia também faziam dele um museu com pouca relação com a realidade local. Foi desativado em 1972.

3. A memória local nas ações do poder público municipal

Nova ação a favor da memória ocorreu em julho de 1976 quando a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte desenvolveu uma campanha denominada ‘Nosso passado pode estar com você’, que visou dar impulso à formação de um novo museu. Vários objetos, fotografias e documentos foram coletados, o que indicava que a sociedade estava imbuída de uma vontade de preservar sua memória, ainda que não tivesse tanta clareza do que efetivamente deveria ser preservado. Este material, muito diverso e com toque de valorização do que era considerado antigo, deu início a um acervo histórico na cidade e para organizá-lo foi contratado um museólogo. Mas não havia local para a guarda e exposição do material e nem equipe que pudesse auxiliá-lo nessa ação.

10

Essa iniciativa, no entanto, nos permite localizar um gérmen para a guarda de bens mais integrada à realidade e à história dos moradores da cidade. Ainda que o foco fosse associado ao passado e a objetos valorizados ao universo prioritariamente da imigração do começo do século XX, havia um olhar para a população da cidade, uma vez que a incluía nessa possibilidade, com o slogan ‘nosso passado pode estar com você’ e com o acolhimento de objetos ligados a ela.

Após essa atividade inicial, foram organizadas outras medidas que visaram à criação de uma instituição museológica que congregasse a memória local. Uma delas foi a criação, em 1981, de uma Comissão organizadora do museu que elaborou lei que criou o Museu de Santo André. Este teria a finalidade de:

“... reunir, preservar, conservar e expor documentos, livros, fotografias, objetos e peças de diversos gêneros que contribuam para o conhecimento e estudos de movimentos sociais, religiosos, políticos, artísticos e econômicos do Município de Santo André e região do ABC, *sob todos os aspectos...*” (Lei nº5.942 de 3.08.1982, Leis municipais, CÂMARA MUNICIPAL de Santo André). [grifo nosso].

Era evidente o alargamento do conceito de museu, expresso pela frase ‘sob todos os aspectos’, que deveria, portanto, incluir todos os aspectos que envolvem o fazer da cidade e seus cidadãos. Mas, ainda não havia local definido e nem mesmo possibilidades de contar com um corpo técnico que tivesse a função de dar conta das finalidades propostas

pela lei. E, menos ainda, uma política cultural que ligasse essa instituição a outros programas de memória que pudessem fomentar sua construção junto à população e consequente preservação. Havia interesse que o Museu ocupasse as dependências de uma edificação simbólica no município – o antigo I Grupo Escolar – mas isso apenas ocorreu em agosto de 1990. Até então ele esteve confinado em pequenas salas do Departamento de Cultura, da Prefeitura local.

Um marco de mudança foi I Congresso de História do Grande ABC, realizado em 1990 no Museu, sob inspiração do professor José de Souza Martins e de um grupo de memorialistas, e sob os auspícios da Prefeitura de Santo André. Um momento de reflexão sobre a cidade e a região era uma reivindicação de grupos ligados à memória e pesquisadores sobre a região. Ali se abriu uma possibilidade de relação mais orgânica entre a instituição de salvaguarda da memória e a população interessada no temário. O Museu foi transferido para a sua sede atual no antigo I Grupo Escolar.



Foto 1. Vista da fachada do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, 2006. Foto Suzana Kleeb.

No tocante à construção da memória associada à preservação de bens culturais reconhecidos como integrantes do patrimônio cultural da cidade, observamos movimentações de grupos organizados da sociedade civil, a favor de sua salvaguarda, em meados da década de 1980 e em dois momentos distintos. O primeiro deles teve como ponto incidental o incêndio da estação de trens de Paranapiacaba. Esta era uma vila ferroviária localizada no alto da Serra do Mar, edificada desde meados do século XIX pela empresa *São Paulo Railway* para a construção, manutenção e operação do trajeto de transporte sobre trilhos entre o topo da Serra do Mar e Cubatão.

O incêndio da estação de trens foi o estopim para que um grupo – tanto no caso de moradores da Vila, como da área urbana e de São Paulo – interessados em sua preservação se formalizasse com o nome de ‘Movimento Pró-Paranapiacaba’ e solicitasse oficialmente o tombamento desse complexo urbano ferroviário junto ao Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo. Esse ‘Movimento’ que se mobilizou em torno da proteção da vila era composto por arquitetos, jornalistas, engenheiros, fotógrafos e outros interessados no tema. Diante da proposição de tombamento sugerido pela sociedade civil, o poder público municipal se organizou e criou uma comissão denominada Comissão Pró-Paranapiacaba. Era formada por técnicos, especialmente do âmbito do planejamento urbano, e pessoas da sociedade civil. O grupo propôs alternativas à preservação do conjunto e essa mobilização local impulsionou o estudo e tombamento realizado pelo Condephaat em 1987 (ARMELINI, 2008).

O segundo movimento relacionou-se à proteção do primeiro cinema da cidade, datado de 1912, mas cuja construção em evidência datava de 1925. Era o Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes, cujo alerta inicial foi disparado pelo jornal regional ‘Diário do Grande ABC’, em 1986, que em matéria jornalística lembrava que aquele prédio, como outros poderiam desaparecer, pois não havia dispositivo legal na cidade que os protegesse. No entanto, apesar da preocupação com o presente, observamos que o passado longínquo permeava erroneamente a informação. Disse o jornal: “... se nada for feito, a cidade pode ficar sem o que indique ser ela a cidade mais antiga do Estado de São Paulo” (DIÁRIO do Grande ABC, 13.07.1986). Um jogo de palavras, mas certamente muitas cidades, e mesmo a capital, eram mais antigas que Santo André, e aquele bem do início do século XX tinha importância no cotidiano e nas redes de sociabilidade da cidade, mas não a qualificaria como a mais antiga do Estado de São Paulo.

O fato é que o abandono desse espaço cultural mobilizou a sociedade. E foi lançado em setembro de 1987 o ‘Movimento SOS Carlos Gomes’, composto por diversos setores da sociedade civil que foram às ruas colher assinaturas para um abaixo assinado que chegou a 26.000 nomes para que o imóvel não fosse demolido. Foram, também, realizadas

diversas ações culturais em prol da manutenção do cinema. No mesmo ano, o jornal ‘Diário do Grande ABC’ se mobilizou em seu editorial a favor da criação de um órgão de preservação do patrimônio cultural em Santo André (17.09.1987) e passou a cobrir com intensidade as manifestações relativas a esse bem. Apesar da autorização de demolição e estando já a parte frontal da edificação parcialmente destruída, com a manifestação popular, a obra foi embargada e o imóvel ficou no aguardo de um destino mais promissor. Nesse meio tempo o *foyer* de entrada do antigo cinema foi transformado em uma loja de tecidos e o auditório virou estacionamento com carros estacionados sobre o piso de madeira. Diante dos acontecimentos e da pressão de segmentos da sociedade, o poder público municipal se manifestou e durante o governo do prefeito Celso Daniel (1989-1992) declarou-se a utilidade pública do imóvel, em dezembro de 1990.

Este se caracterizou como um momento especial: setores da sociedade estavam mobilizados a favor da valorização do cinema e da preservação da memória. Dese fato e de um seminário sobre patrimônio cultural ocorrido em Mogi das Cruzes naqueles anos (1987), estimulou-se a ideia da criação de um grupo em momento de aglutinação de forças a favor do tema. Estava criado o GIPEM – Grupo Independente de Pesquisadores da Memória do ABC (1988) que teve diálogo intenso com ações que a Prefeitura realizou no começo da década de 1990. Foi um momento fértil para a publicação de livros, reuniões e propostas de ações e a coorganização, com a Prefeitura de Santo André, do I Congresso de História do Grande ABC, já mencionado, que garantiu a partir de então (1990) uma agenda para reflexão sobre a história e memória da região do ABC, até os dias atuais e que se encontra em sua décima terceira edição (em 2015).

4. Diálogos do poder público local e a sociedade

O poder público trazia por meio do Museu de Santo André uma ação próxima aos interesses de grupos sociais envolvidos com a memória local. E esta, à parte das comemorações do aniversário da cidade que contavam os anos desde os tempos quinhentistas, voltava-se para o universo da atualidade e dos grupos que compunham a cidade. O Museu de Santo André capitaneava projetos de aproximação com a sociedade.

“Não era um museu onde as peças ficavam intactas ou fotografias ficavam dependuradas

em suas paredes ou como parte de seu acervo, mas sim um local que iria se desenvolver junto com a cidade, entidades e instituições; era o espaço onde se adicionava fatos sobre as tradicionais informações conhecidas da cidade” (MOREIRA e FRATESCHI, 1995, p.69).

No âmbito do patrimônio cultural da cidade, em atenção às manifestações da sociedade, foi criado o Comdephaapasa – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, por meio da Lei n.º 6.673 de 17 de agosto de 1990 e revisto pela Lei n.º 9.071 de cinco de setembro de 2008.

Os primeiros tombamentos desse Conselho associaram-se a bens públicos e com papel cultural mais óbvio no universo da memória e da paisagem da cidade: o Cine Teatro Carlos Gomes, fruto de manifestação popular a favor de sua salvaguarda; o I Grupo Escolar, atual Museu de Santo André; a residência de Paulina Isabel de Queirós, onde havia sido o gabinete do Prefeito; a residência de Bernardino Queirós dos Santos, onde se planejou a instalação do museu da cidade; e, um bem vegetal, a figueira centenária do Parque Prefeito Celso Daniel. O tombamento de todos esses bens foi solicitado pelo próprio poder público e não se afastavam do padrão de bens antigos, com forte apelo imagético na paisagem. Havia um assentimento silencioso da sociedade. Proteção diversa dessa tipologia ligada a bens materiais e com forte ligação com determinados grupos associados à elite local é mais recente; em especial com os bens registrados pela importância por sua natureza imaterial.

Para esta tipologia de bens culturais, estudos vinham sendo realizados em nível global e o Brasil instituiu por meio de Decreto n.º 3.5551 de quatro de agosto de 2000 o reconhecimento de bens de natureza imaterial, bem como garantiu formas legais para seu registro e salvaguarda. Santo André instituiu instrumento legal por meio de Lei n.º 9.071, de cinco de setembro de 2008. Com essa medida abriu-se um novo canal de valorização de bens do patrimônio cultural. Os bens registrados são: culto afrodescendente Jeje-Mahi e as Manifestações culturais associadas ao fruto Cambuci e seu cultivo junto às comunidades serranas. Este último registro também aguarda homologação por parte do Prefeito municipal.

Atualmente estão tombados 21 bens entre materiais e imateriais, sendo que sete foram solicitações do poder público, três indicados pelo Comdephaapasa e 11 bens solicitados pela sociedade civil. Quatro destes bens ainda não foram homologados pelo Prefeito municipal: Cine Tangará, Capela Senhor Bom Jesus da Boa Viagem, edificação de antiga atividade comercial denominada 'Nosso Bar' e Haras São Bernardo.

As ações desse Conselho, de caráter consultivo e deliberativo, composto paritariamente por sociedade civil e poder público municipal esteve, durante quase a totalidade de anos de sua existência, vinculado apenas a ações de tombamento. Pela falta, por muitos anos, de um corpo técnico estável e pela raridade de oportunidades em que tivesse havido ações conjugadas com outros setores da Prefeitura de Santo André com vistas a refletir sobre o planejamento da paisagem e sua proteção, percebemos que ainda há muito a ser feito nesse domínio para que tanto os anseios da sociedade, como a capacidade técnica e o planejamento de políticas para a área sejam realidade em Santo André.

Entre uma lei (Lei nº 6.673 de 17.08.1990) e a outra (Lei nº 9.071, de 05.09.2008) houve algum ganho com a instituição, como já dissemos, da forma de proteção do Registro para bens imateriais. Mas, outras duas ações foram instituídas e que poderiam dar novo impulso à valorização do patrimônio cultural e da memória: a discussão de um Plano de Preservação do Patrimônio Cultural e a constituição de um Corpo Técnico de apoio ao patrimônio cultural. Este deveria realizar pesquisas e ações necessárias tanto à proteção de bens tombados e registrados, bem como formular políticas de patrimônio e organizar o Inventário de Bens Culturais do município, além de apoiar a organização do Plano de Preservação citado acima.

No entanto, na prática a realidade não foi tão auspiciosa. Após um período florescente, em que o Corpo Técnico atuou de forma exclusiva para a área de patrimônio cultural (2008 a 2012), sua composição foi desmembrada e os técnicos foram encaminhados para diversos departamentos do poder público municipal. O trabalho foi paralisado e na atualidade se reúne esporadicamente quando há solicitações do Comdephaapasa. Essa nova determinação sinalizou a fragilização das ações contínuas de salvaguarda, da formulação e revisão de políticas associadas ao patrimônio cultural, bem como da

organização de Inventário de Bens Culturais - exigência legal apresentada como novidade pela lei de 2008.

Na esfera do diálogo entre poder público e sociedade, é certo que houve avanços no decorrer dos anos, mas geralmente circunscrito a um programa ou projeto. Um exemplo foi o programa 'Centro com Vida' (1997-2000), com o projeto 'Corredor Cultural' pelo qual se mapeou e sinalizou espaços simbólicos na área central da cidade e se criou um roteiro de visitação, em uma ação desenvolvida entre moradores e a Prefeitura de Santo André. No entanto, esse projeto também acabou se transformando em uma ação pontual, na qual apesar do envolvimento de ambos no desenvolvimento do projeto, após sua concretização, aos poucos as ações foram rareando e o 'Corredor Cultural' na atualidade possui apenas as placas indicativas do mapeamento realizado.

5. E a sociedade civil toma à frente o seu lugar

Recentemente, em 2012, houve um exemplo que, apesar da atual condição, nos permite pensar que talvez, nesse momento, seja possível uma ação conjunta. Desde 2011 havia uma ação governamental no âmbito da conservação do Cine Teatro Carlos Gomes, bem cultural de significativo valor simbólico na cidade, fruto de movimento já retratado, tombado desde 1992 e que estava fechado para o público desde 2009 devido a riscos em sua estrutura física. No entanto, apesar do acompanhamento que o Corpo Técnico de apoio ao patrimônio cultural e Conselho de Defesa do Patrimônio, Comdephaapasa, faziam, as obras foram iniciadas sem a aprovação final do projeto. O resultado foi desastroso e colocou em risco a integridade física do cine teatro.

Um grupo de artistas, produtores culturais, arquitetos, técnicos associados à causa, se mobilizou por meio das redes sociais e o resultado foi novo abaixo-assinado e solicitação de embargo junto ao Ministério Público. Assistia-se uma reedição do 'Movimento SOS Carlos Gomes'. O embargo foi aceito e a Prefeitura de Santo André foi obrigada a apresentar e executar medidas de salvaguarda ao bem, enquanto se articulasse a definição de novo programa de uso e projeto arquitetônico que pudesse colocá-lo em condições de

uso. Grupos sociais se mobilizaram a partir deste episódio e organizaram outro movimento mais amplo, denominado ‘Cultura Viva Santo André’. Este se mobilizou por meio das redes sociais e por uma manifestação junto ao teatro, com atividade cultural – *pocket shows*, instalações artísticas etc. – no centro da cidade em março de 2013, em prol da recuperação do cinema, mas buscando mobilização para a ‘identificação, valorização e recuperação do patrimônio cultural’, bem como outros interesses associados à implementação de uma política cultural em Santo André.



Fotos 2 e 3. Fotografias que compõem o projeto desenvolvido pelo fotógrafo Marcello Vitorino, denominado “Recados para a Cultura”. Nesse projeto composto de cerca de 160 fotografias, fotógrafos se revezaram na coleta de imagens realizadas durante ato promovido pelo movimento ‘Cultura Viva Santo André’, em março de 2013, na Rua Coronel Oliveira Lima, centro comercial de Santo André. A proposta foi apresentada a transeuntes para que escrevessem seu recado para a Cultura em uma folha de papel e se deixassem ser fotografados. Foto de rapaz: Marcello Vitorino, foto de dupla de jovens: Carolina Vitorino.

Desde então, a Prefeitura de Santo André fez ações visando o escoramento de paredes do Cine Teatro e busca verbas junto a parceiros para a sua reforma. Ele continua fechado ao público. Por outro lado, depois de mudança de gestor na área de cultura (2014), se observou maior diálogo junto aos grupos organizados, inclusive com discussões sobre a

formatação de um Plano Municipal de Cultura, uma das ‘bandeiras’ das manifestações do ‘Cultura Viva em Santo André’ realizadas em 2013, e que se encontra em fase final de discussão (2015).

6. Do todo, reflexões possíveis.

Ponderações a partir do que foi apresentado até aqui nos colocam desafios sobre contingências e diálogos prováveis no movimento de construção, valorização e de salvaguarda da memória. Talvez a mais ampla de todas as reflexões é de que falta diálogo contínuo da sociedade com seu legado cultural.

Do conjunto de informações coletadas sobre a realidade em Santo André nos fica a impressão de que a grande maioria dos agentes sociais – grupos organizados, memorialistas, técnicos e poder público – se organizam em prol da proteção da memória, inclusive de forma enfática, mas sistematicamente em momentos em que há riscos eminentes a algo que reconhecidamente possui valor simbólico para o coletivo. No restante do tempo há uma relação mais distante com o tema. Bens materiais ou imateriais que não foram valorizados e/ou analisados, em muitos casos por falta de condições técnicas, possivelmente carecem de proteção e podem se perder no âmbito das transformações da sociedade. Um inventário certamente deve ser um elemento fundamental para minorar a distância e aproximar-se de bens que por vezes não estão visíveis em um rápido e primeiro olhar.

Essa é a face mais evidente. Mas, há outros aspectos que gostaríamos de salientar em três pontos: os valores, o substrato espacial e o enraizamento da memória. Estes, não tão aparentes, julgamos que devam estar no cerne de políticas a favor da memória e por essa razão são evidenciados aqui. Se conectados e acionados de forma interligada, favorecerão diálogos propositivos tanto do poder público com grupos sociais, como entre setores da sociedade, em prol da salvaguarda da memória.

Trata-se de uma breve análise que pode e deve ser aprofundada em outros âmbitos e que

aqui têm a função de sinalizar eventuais portas de saída para os entraves e conflitos associados à construção de políticas de memória que aproximem o ser humano de sua necessidade de lembrar e de se identificar com o lugar em que vive. Além disso, vislumbrar, por meio desses componentes, o seu espaço na sociedade.

Em primeiro lugar, podemos refletir sobre os valores que tocam esse universo. O mais evidente associa-o à antiguidade dos elementos que a constituem. Há um culto ao passado que se agrega à ameaça que paira sobre o homem moderno de não se reconhecer no seu mundo e perder assim o sentido de sua continuidade (JEUDY, 2005). Busca-se perenizar a memória, por meio de sua patrimonialização, do culto ao antigo, com fins ideologicamente situados na ligação inequívoca com um passado que se supõe glorioso. No caso de Santo André, a figura de João Ramalho, cultuada até os dias atuais, faz parte desse contexto. É ela que liga a cidade ao espírito aguerrido dos bandeirantes que, na visão de alguns setores da sociedade venceram, no passado, em terras inóspitas.

À parte desse valor de antiguidade, hoje em dia é necessário atentar-se para o cultivo de outros tipos de valorizações. CHOAY (2001) chama à nossa atenção para o fato de que a valorização é a expressão chave do status do patrimônio cultural nos tempos atuais. E, não se trata apenas de evidências simbólicas; antes, focaliza-se a “... destruição contínua pelo mundo, a pretexto da modernização e também da restauração, ou à força de pressões políticas, quase sempre irresistíveis” (CHOAY, 2001, p.212). Em outras palavras, a mais-valia da memória interage com valores sociais, políticos e econômicos e, em muitos casos, conflita com esses interesses.

Em nosso exemplo, para citar um caso apenas, poderíamos nos perguntar por que bens tombados e registrados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural – organismo que congrega os interesses do poder público e da sociedade de forma paritária – não receberam a chancela de homologação – parte final do processo de reconhecimento de um bem como patrimônio cultural – por parte do Executivo Municipal? Possivelmente se observarmos os valores, para além daqueles estéticos ou de antiguidade, poderemos encontrar pistas para tal situação.

Em segundo lugar, temos o papel do substrato espacial. Não é demais lembrar que este, é onde se congrega a materialidade das vivências, fundamental para que a memória se fixe. Espaço apreendido como o lugar de resistência de ideias, visões de mundo que se expressam em bens materiais e imateriais; ingredientes para a manutenção de uma paisagem, lugar da produção humana e de apropriação da vida. É do entrelaçamento entre a persistência destes elementos e a perseverança dos homens que a memória coletiva retira a sua seiva (HALBWACHS, 1990).

E, como Santo André vem se modificando muito rapidamente nos tempos atuais, devido à verticalização e a revalorização de áreas pouco interessantes comercialmente até pouco tempo atrás, acreditamos que se fazem necessárias ações sólidas a favor do conhecimento e apontamento de bens (materiais ou imateriais) que podem efetivamente compor o legado memorial da cidade.

A investigação que deve se proceder no território terá que levar em conta as relações estabelecidas entre a história, a memória, as trajetórias sociais e o espaço; e não pode prescindir de atenção redobrada à condição presente da cidade e de seus cidadãos para que, no extremo oposto às mudanças, não se caia na tentação de se propor a petrificação da cidade, ou de parte dela, como uma representação de si mesma. “Quanto mais a cidade se parece com um cartão-postal, mais ela evoca o princípio de uma parada sobre a imagem, de uma suspensão do tempo, mais ela estimula esse movimento de construção metafórica” (JEUDY, 2005, p.93). O fundamental é, sem dúvida, o conhecimento de cada uma das diversas temporalidades que compõem o estado atual das cidades, com foco na existência humana (ARGAN, 2005).

Compreender o espaço em contato direto com sua dimensão humana é um aspecto que toca diretamente o terceiro e último ponto que gostaríamos de abordar: a memória coletiva e o enraizamento. BOSI observa que a recuperação dessa dimensão é um problema político dos mais urgentes. Diz que “a sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento” (BOSI, 2003, p.76).

O enraizamento é um aspecto complexo associado ao ser humano e sua relação com o mundo social que o envolve. Simone Weil nos legou uma boa explicação a respeito. Diz ela que:

“o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1996, p.347).

A memória, por sua vez, busca no enraizamento que se faz no tempo e no espaço sua forma de ser. Quando raízes são quebradas, a memória adoece e por consequência toda a vivacidade do fazer cultural associado a ela fica comprometida. No entanto, ao mesmo tempo em que há uma ligação inconfundível com o passado, BOSI (2003) nos lembra que o cone da memória avança sem cessar para o futuro, como um trabalho sobre o tempo vivido, no qual o passado reconstruído não é um refúgio, antes é uma fonte, um manancial de razões para lutar.

Percebemos, portanto, a energia concentrada nesse importante instrumento, denominado memória, que confere força a grupos organizados. Estes, por meio dela fixam seu legado em contraposição ao esquecimento de heranças de outros grupos. Não é, portanto, uma esfera de relações sociais despossuída de interesses e conflitos. “Ao poder pela memória responde a destruição da memória”, nos ensina LE GOFF (1996, p. 442). E, a este movimento tanto grupos sociais, como gestores públicos e técnicos necessitam, igualmente, estar atentos.

Será indispensável trilhar um caminho entre as diversas possibilidades para a consolidação de políticas de memória em Santo André. A sociedade ainda carece de diálogo entre seus pares para buscar um denominador comum que permita que a memória seja de fato e de direito para todos. Em correlação com o passado recente da cidade, houve na Administração municipal dos anos 1989-1992 um slogan associado à ideia de “direito à cidade”. Esta marca caracterizou-se como marca de governo e foi perseguida pelos gestores, com diversos programas e ações, inclusive alguns deles, no âmbito da memória. No entanto, apesar do tempo decorrido desde então, não se avançou em políticas públicas de preservação da memória que conjecturem conexões que permitam refletir e planejar

programas no universo local e regional de forma matricial.

O direito à memória, já dizia PAOLI em 1992, como forma de reconhecimento do direito ao passado, liga-se ao presente de maneira fundamental, observadas as diversidades, as ambiguidades e os conflitos entre lembranças e esquecimentos, e os valores simbólicos que compõem a própria historicidade da memória. Em outras palavras, produção cultural dessa área deve inventar-se por meio da participação social na feitura múltipla da memória. Dessa forma, conseguiremos alçar o debate tão atual sobre qualidade de vida, com vistas a ensejar uma cidade boa para ser usufruída. MENESES nos aponta algumas chaves no domínio da cultura:

“... a cidade culturalmente qualificada é boa para ser conhecida (pelo habitante, pelo turista, pelo que tem aí negócios a tratar, pelo técnico etc.), boa para ser contemplada, esteticamente fruída, analisada, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente, mas também, e acima de tudo, é boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial. Em outras palavras, para ser culturalmente qualificada como cidade, precisa de condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação etc.” (MENESES, 2006, p.40).

Em outras palavras, as políticas de patrimônio cultural e memória não podem ser ensimesmadas em seu conteúdo. Necessitam conexão clara e objetiva com as políticas públicas para a cidade. Ao desejarmos uma cidade em que as desigualdades sejam minimizadas e a qualidade de vida seja expandida será fundamental que a sociedade atue de maneira a garantir que o direito à memória, que lhe confere sentido de permanência e de unidade no tempo, componha o discurso político apropriado por agentes engajados com a causa, além de uma prática advinda desse discurso que reverta esse direito em um direito de fato a todos os cidadãos.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARMELINI, Angela I.M.S.Q. *A preservação do patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados*, São Paulo,

Universidade de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAMPOS, Vinício Stein. *Museus e monumentos históricos de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, 1960.

CARVALHO, J.M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

FRATESCHI, Celso e MOREIRA, Altair José. Cultura de desenvolvimento humano no município de Santo André. In: Encontro Intermunicipal de Cultura, Belo Horizonte, 25 a 28 de maio de 1995, *Anais*. São Paulo: Instituto Polis, 1995.

GAIARSA, Octaviano Armando. *A cidade que dormiu três séculos, Santo André da Borda do Campo: seus primórdios e sua evolução histórica: 1553-1960*. 1.^a ed., Santo André: Prefeitura de Santo André – Tipografia Bandeirantes, 1968.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. 3.^aed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão [et. al.], 4.^a ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*: Companhia das Letras, 2000.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antonio Luiz et. alii. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9.^a SR/IPHAN, 2006.

PAOLI, Maria Celia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: SECRETARIA Municipal de Cultura de São Paulo/DPH. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: 1992.

SANTOS, Wanderley dos. *Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1550-1892*, São Bernardo do Campo: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 1992.

TAUNAY, Affonso d'Escragno. *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo*, São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1953.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Documentos

DGABC. “Ameaças sobre o Carlos Gomes persistem”, matéria de jornal Diário do Grande ABC, Santo André, 13.07.1986.

DGABC, “Destino de Carlos Gomes depende de nós”, matéria de jornal Diário do Grande ABC Santo André, 17.09.1987.

REVISTA EXPRESSÃO. “Museu deixa de ser antigo sonho”, matéria da Revista Expressão, Santo André, abril de 1953.

Site consultado

CÂMARA Municipal de Santo André. Acesso em 10.03.2013.